

A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS PLANOS PLURIANUAIS DO ESTADO BRASILEIRO NOS ANOS 2000

The evaluation of higher education and the multiannual plans of the Brazilian State in the years 2000

La evaluación de la educación superior y los planes plurianuales del estado brasileño en los años 2000

Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo*

RESUMO: O artigo discute a avaliação da educação superior nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva, a partir da análise do macro planejamento do Estado. O estudo, de caráter bibliográfico e documental, utiliza os Planos Plurianuais (PPAs), as Estratégias de Apoio ao País (EAPs) do Banco Mundial e os documentos vinculados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com o objetivo de identificar as influências da organização do Estado sobre o processo de avaliação da Educação Superior. Os PPAs do período em estudo demonstram a manutenção das estratégias de planejamento e das políticas neoliberais adotadas em governos anteriores e observa-se a diminuição do percentual de investimentos nos programas geridos pelo Ministério da Educação (MEC). No âmbito da avaliação da Educação Superior, ocorre um duplo movimento: a consolidação dos processos regulatórios, por meio de práticas efetivas de supervisão e o esvaziamento do SINAES, com a inserção de índices e perda da centralidade da autoavaliação institucional. No PPA de 2008-2011, a indicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como um dos sustentáculos da ação do Estado, traz a expectativa de ampliação dos investimentos na área educacional e recuperação dos déficits de vagas e da qualidade da aprendizagem nos vários níveis de ensino, o que só poderá ocorrer a contento, com o fortalecimento das políticas de avaliação.

Palavras-chave: estado brasileiro; planos plurianuais; avaliação da educação superior.

* Profa. Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: autoavaliação institucional, avaliação institucional, ensino noturno, formação de professores, organização do ensino, ensino superior e educação a distância. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Educação Superior (GEPPE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Aberta e a Distância (GEPEAD). Contatos: CED/RTR/UFMS. Cidade Universitária s/n, CX Postal 549, Campo Grande, MS; CEP 79070-900- telefones: (67) 3345-7182 – e-mail: carlabz@ufms.br.

ABSTRACT: The article discusses the evaluation of higher education in the two governments of Luis Inacio Lula da Silva, from the analysis of macro planning of the state. The study of bibliographic and documentary, uses multi-annual plans (PPAs), the Country Support Strategies (EAPs) and World Bank documents linked to the National Assessment of Higher Education, aiming to identify the influences of state organization on the evaluation process of higher education. The PPAs of the survey period showed a continuation of planning strategies and the neoliberal policies adopted by previous governments and there is a decrease in the percentage of investment in programs managed by the Ministry of Education (MEC). In the evaluation of higher education, there is a double movement: the consolidation of regulatory processes, through practices of effective supervision and emptying SINAES, with the insertion of indexes and loss of the centrality of institutional self-evaluation. In the PPA 2008-2011, the indication of the Education Development Plan (EDP) as one of the pillars of state action, brings the expectation of increased investments in education and recovery of deficits in availability and quality of learning in various levels of education, which can only occur to the satisfaction with the strengthening of policy evaluation.

Keywords: brazilian state; multi-year plans; higher education evaluation.

RESUMEN: El artículo discute la evaluación de la educación superior en los dos gobiernos de Luís Inácio Lula da Silva, a partir del análisis de la macroplanificación del Estado. El estudio, de carácter bibliográfico y documental, utiliza los Planos Plurianuales (PPAs), las Estrategias de Apoyo al País (EAPs) del Banco Mundial y los documentos vinculados al Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior, con el objetivo de identificar las influencias de la organización del Estado sobre el proceso de evaluación de la Educación Superior. Los PPAs del periodo estudiado demuestran la manutención de las estrategias de planificación y de las políticas neoliberales adoptadas en gobiernos anteriores y se observa la disminución del porcentaje de inversiones en los programas administrados por el Ministerio de Educación (MEC). En el ámbito de la evaluación de la Educación Superior, ocurre un doble movimiento: la consolidación de los procesos regulatorios, por medio de las prácticas efectivas de supervisión y el vaciamiento del SINAES, con la inserción de índices y pérdida de la centralidad de la autoevaluación institucional. En el PPA de 2008-2011, la indicación del Plan de Desarrollo de la Educación (PDE) como uno de los sustentáculos de la acción del Estado, trae la expectativa de ampliación de las inversiones en el área educacional y recuperación de los déficits de vacantes y de la calidad del aprendizaje en los varios niveles de enseñanza, lo que solo podrá ocurrir debidamente, con el fortalecimiento de las políticas de evaluación.

Palabras clave: Estado brasileño; Planos Plurianuales. Evaluación de la Educación Superior.

INTRODUÇÃO

Neste artigo¹, fruto de estudo bibliográfico e documental, busca-se analisar a configuração da avaliação da Educação Superior no Brasil, nos anos 2000, nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), tendo como suporte os Planos Plurianuais (PPAs) do período, já que traduzem, de forma concreta e oficial, as intencionalidades e o macro planejamento do Estado.

O PPA é uma exigência legal instituída no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, que trata do orçamento. Os planos são plurianuais, com vigência de quatro anos, mas as leis que definem as diretrizes orçamentárias são aprovadas anualmente. Os projetos de lei são apreciados pela Câmara e pelo Senado, que também têm a atribuição de verificar o cumprimento dos planos e programas, como reza o art. 166.

No período em estudo foram estabelecidos dois PPAs: a) Gestão Pública para um Brasil de Todos (2004-2007), correspondente ao primeiro governo de Lula (2003-2006) e b) Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade (2008-2011), relativo ao segundo governo (2007-2010).

A seguir, serão descritos e analisados os PPAs no período de 2004-2011 e suas relações com a Educação Superior e a Avaliação nesse nível de ensino.

OS PPAs E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO

No PPA “Gestão Pública para um Brasil de Todos” (2004-2007) destaca-se a participação da sociedade na elaboração dos programas com consultas públicas estaduais, espaço para participação no *site* do Ministério do Planejamento e participação de membros do governo nos fóruns promovidos pela sociedade civil.

As consultas nos Estados foram programadas para um único dia (9 h às 17h30). A participação mais ampla da sociedade é um fator positivo, não explicitado nos documentos dos planos anteriores, mas não há registros mais claros sobre como as reuniões transcorreram em um único dia, o que foi efetivamente aproveitado das contribuições da sociedade, em tempo tão exíguo. Nesse sentido, vale uma consulta acerca das críticas de Lebauspin (2006) sobre o processo de participação no governo Lula.

¹ O artigo é decorrente dos estudos desenvolvidos para a Tese de Doutorado: Sinaes em Mato Grosso do Sul e a regulação do Estado brasileiro: os limites do Estado-Nação, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O PPA 2004-2007 tinha como estratégias de longo prazo: a) inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego; b) crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade; c) redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentado.

Essas estratégias foram distribuídas em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática, que se articulava a três megaobjetivos. No Megaobjetivo 1, que trata da Inclusão Social e Redução das Desigualdades Social, acentua-se a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país. A indicação genérica abrange todos os níveis de ensino.

Os programas relativos à Educação Superior fazem parte do Megaobjetivo 1 e do desafio “Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação”, e deveriam cumprir o : “[...] duplo papel de **expandir vagas** na educação profissional e superior e **melhorar a qualidade dessa oferta** em todo o país” (BRASIL, 2004, p. 80, grifo nosso).

Os PPAs do governo Lula demonstram clara articulação com os PPAs do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no que tange à adoção do planejamento estratégico e aos eixos do planejamento. No primeiro governo de FHC (PPA 1996-1999) vigorou a expressão da Reforma do Estado e das medidas iniciais para a estabilização econômica, associação à “modernização”, ou melhor, ao choque de “governança”; no segundo governo de FHC (PPA 2000-2003) e primeiro governo de Lula (PPA 2004-2007), os eixos foram os mesmos: crescimento sustentado; geração de emprego; combate à pobreza; inclusão social e consolidação dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. E no segundo governo Lula (PPA 2008-2011), os eixos das ações do Governo explicitados no PPA são: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. A diferença significativa no último PPA é a centralidade dada à educação.

Embora o alívio à pobreza e a diminuição das desigualdades socioeconômicas e regionais estejam em pauta em todos os PPAs, seguindo as linhas mestras propostas pelo Banco Mundial (BM), a expressa preocupação com o social não se concretiza em um crescimento real do investimento do Estado na área social, mas no estímulo à terceira via, às parcerias público-privadas.

No PPA (2008-2011) os eixos centrais são: o aceleração do crescimento econômico, a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades regionais, ou seja, manteve o tripé já definido no período

2000-2007, nas Estratégias de Apoio ao País (EAPs) do Banco Mundial: competitividade, equidade e crescimento econômico sustentável. Mas para o novo período (2008-2011), ao invés dos superávits primários, o governo prometeu investir na infraestrutura e efetivamente estimular o crescimento econômico. Como bases centrais para a execução das metas foram apresentados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), ou seja, é o primeiro PPA a colocar a educação como sustentação efetiva para as ações do Estado (BRASIL, 2007, p. 1-2).

O Quadro 1 expõe os eixos centrais de cada PPA e os programas geridos pelo Ministério da Educação, relativos à “subfunção Ensino Superior”, no período de 2004 a 2007, permitindo mapear a continuidade dos programas desenvolvidos para a Educação Superior.

Observa-se que há manutenção no último PPA, de praticamente todos os programas já desenvolvidos no primeiro governo Lula, com exceção dos programas “Extensão Universitária” e da “Gestão da Política de Educação”, incorporados, provavelmente, ao programa “Brasil Universitário”. E o acréscimo do Programa “Qualidade na Escola”. Essa continuidade, *a priori*, indica a consolidação das políticas públicas em educação superior, mas é preciso observar que boa parte dos programas descritos já existia desde o primeiro ou o segundo governo de FHC e foram mantidos no planejamento do Estado, nos governos posteriores, com ações muito similares voltadas ao: funcionamento das instituições superiores públicas; investimento na manutenção, expansão dos recursos da infraestrutura física e, mais recentemente, ingresso de docentes e funcionários e pagamento de bolsas aos docentes e discentes, como meios de estímulo à permanência e à produção científica.

No âmbito da Educação e da Educação Superior, a despeito do crescimento do volume total de recursos disponibilizados para financiamento dos programas, o percentual investido, nos últimos anos, tem sido menor e não maior, como se observa na Tabela 1. Como o volume total de recursos do Estado brasileiro cresceu com a estabilidade econômica, queda da inflação e a ausência de crises externas mais significativas, até 2008, a percepção da população em geral, e até mesmo dos funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), é de aumento significativo de investimentos.

Em 1996-1999, o Estado investiu 2,12% do total dos recursos liquidados e/ou pagos nos programas do MEC; no período de 2000-2003, 2,01%; e no período de 2004-2007, 1,27%. O percentual de investimentos na Educação Superior permaneceu na casa dos 40% do total de recursos destinados aos programas da Educação Superior, sendo 43,65% em 1996-1999; 43,76% em 2000-2003 e 40,68% em 2004-2007, ou seja, também

observa-se discreta diminuição de investimentos na Educação Superior no último quadriênio. O período de 2008 a 2011 ainda não pode ser avaliado, por estar em curso.

No que se refere aos processos de avaliação da Educação Superior, os números apontados têm reflexo direto, pois o SINAES proposto em 2004 e muito bem avaliado nacional e internacionalmente, enquanto proposta teórica, sofreu inúmeras alterações dada a falta de infraestrutura física e de recursos humanos do INEP para realizar as ações previstas.

O SINAES, em sua proposta original, previa:

a) realização da autoavaliação da instituição, que abrangeria: o autoestudo, desenvolvido pela comunidade educativa da IES, com base em roteiro mínimo elaborado pela CONAES e apoio da comunidade externa, tanto de outras IES quanto de setores da sociedade organizada; o desenvolvimento do Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área (PAIDEIA) e o uso de instrumentos de informação: cadastro e censo da Educação Superior;

b) realização da avaliação externa organizada pela CONAES e realizada mediante a análise do relatório de autoavaliação. No caso de instituições de grande porte podem ser designadas várias comissões constituídas por áreas de conhecimento. As comissões de avaliação externa são designadas pela CONAES para cada instituição/área/curso;

c) meta-avaliação, ou seja, a análise dos processos de autoavaliação e avaliação externa desenvolvidos pelas IES e pelo MEC, com recomendações da CONAES. (SINAES, 2004).

De 2004 a 2009, porém, a operacionalização do SINAES vem se dando, no âmbito de atuação do Estado, de forma cada vez mais distanciada das proposições originais do sistema:

a) o PAIDEIA não foi implementado, mas se transformou no ENADE (uma definição já presente na Lei no 10.861/2004), perdendo o caráter de balanço do desenvolvimento de áreas do saber, para manter o caráter de quantificação de desempenhos em momentos pontuais, com a finalidade de subsidiar a geração de índices;

b) o ENADE, assim como o Provão, vem ganhando maior espaço e visibilidade do que a autoavaliação institucional. É desenvolvido por curso e não por áreas;

c) a autoavaliação perdeu força, pois o caráter orgânico que deveria ocorrer no processo avaliativo não se estabeleceu, até pela demora nas avaliações *in loco*; o sistema implantado estimula a fragmentação ao invés da integração entre as avaliações das IES, cursos e do desempenho dos estudantes;

d) o uso de índices para determinar a qualidade dos cursos e do desempenho dos alunos acentua a avaliação quantitativa, regulatória e minimiza o foco qualitativo e formativo defendido pela Comissão de Especialistas em Avaliação (CEA). (ARAUJO, 2009).

As alegações do INEP acerca da inviabilidade em executar o SINAES, passam igualmente pelo financiamento dos programas e pela impossibilidade de aumento do quadro de pessoal dessa autarquia, o que vem gerando a simplificação dos processos desenvolvidos.

A identificação dos investimentos do Estado na execução da Avaliação da Educação Superior torna-se um tanto quanto difícil, na medida em que 89% das instituições são privadas e financiam a realização das avaliações *in loco*, por exemplo. O INEP é uma autarquia e consta como unidade orçamentária (26102) vinculada ao MEC (26000), mas no acompanhamento da execução orçamentária da União, não há informações de valores para a unidade orçamentária relativa ao INEP. A forma viável de acompanhamento do volume de recursos efetivamente gastos pelo INEP para a realização das avaliações situam-se no programa “Estatísticas e Avaliações Educacionais”, presente desde a segunda gestão de FHC, e que se mantém nos dois governos de Lula.

A Tabela 2 demonstra os valores empenhados e pagos para a realização desse programa (restritos à subfunção ensino superior) e os baixos percentuais gastos com a Avaliação. O acumulado de 2000 a 2003, indica 0,375%; o acumulado de 2004 a 2007, 0,005% e o de 2008 a 2009, conta com 0,610%, o que aponta um crescimento em relação aos períodos anteriores.

Estes valores são compatíveis com o desenvolvimento das avaliações externas para as instituições de educação superior, pois o volume mais significativo de avaliações passa a ocorrer a partir de 2007. No período de 2002 a 2009 foram avaliadas 756 IES, numa média de 4,29% de IES avaliadas durante oito anos.

As avaliações de cursos também sofreram queda em função da substituição das visitas *in loco*, pelo uso dos índices, nos casos de renovação de reconhecimento de cursos.

Dias Sobrinho (2002a, p. 52-53) explicita a relação entre a diminuição dos investimentos na Educação Superior, o papel da Avaliação e

as estratégias do Banco Mundial, observando que a avaliação é peça-chave para o desencadeamento dos financiamentos, pois os empréstimos são acompanhados por avaliações *ex-ante*, intermediárias e *ex-post*, o que requer a existência de bancos de dados e informação, a criação de competências locais para atender aos critérios e indicadores do BM – daí a participação da burocracia local em capacitações internacionais, como demonstrado na execução do Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais e o alinhamento de critérios e indicadores locais aos internacionais.

O autor afirma que a recomendação geral aos países pobres ou em desenvolvimento é a ênfase dos investimentos na educação básica e na assistência às crianças carentes, como o Programa Bolsa-Escola, e para a Educação Superior, a restrição de investimentos, estimulando a privatização desse nível de ensino. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 53).

As afirmações de Dias Sobrinho podem ser comprovadas pelo confronto entre os PPAs e as Estratégias de Apoio ao País (EAPs) do Banco Mundial (BM). Embora se afirme no documento da EAP (2003) que ela foi baseada no PPA, observa-se o encadeamento das proposições do BM desde 1997, sendo efetivado também no PPA (2004-2007): o anúncio do investimento mais voltado aos Estados e Municípios e não apenas à União; a concretização das reformas propostas para o governo Fernando Henrique Cardoso; a consolidação das parcerias público-privadas, para citar apenas alguns exemplos.

No texto da EAP (2003) acentua-se que a implementação ou consolidação das reformas (da previdência, fiscal e tributária) é a chave para o crescimento e a justiça social, quando se observa, ao contrário, a evidente queda de investimentos na área social decorrente dos ajustes propostos.

Na Educação, no período 2004-2007, assinala-se a presença de um Estado mais intervencionista e regulador, que estabelece políticas para avaliação de seu sistema educativo, prometendo, a partir dos seus resultados, interferir mais diretamente no âmbito escolar, em seus diferentes níveis, com preocupações de cunho qualitativo.

É essencial observar que as ações de regulação passaram a ocorrer de forma mais significativa e, efetivamente, instituições e cursos começaram a sofrer efeitos do processo regulatório, via supervisão, com a assinatura de termos de compromisso por parte das IES, o descredenciamento de instituições, o fechamento de cursos ou a redução do número de vagas para o vestibular. Mas, ao mesmo tempo, houve a distorção da proposta original do SINAES, com a implantação dos índices, estruturados com base em quesitos questionáveis, centrados nos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE), o que gerou o esvaziamento do sistema e, especialmente, da importância da autoavaliação institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da organização do Estado brasileiro, nos anos de 2000, é delicada e difícil, pois não há o distanciamento necessário dos fatos para uma análise de conjunto. Mesmo porque há indicadores muito controversos sobre a atuação do Estado e a organização de suas políticas públicas, que podem ser observados nos caminhos ambíguos tomados em várias áreas.

Em 1999, no segundo mandato de FHC, a mudança da política macroeconômica foi baseada em três pontos fundamentais: a implantação da política de metas de inflação, a mudança no regime cambial com taxa flutuante e as metas de superávit primário. Esses novos elementos foram mantidos e impulsionados pelo governo de Lula, bem como as reformas tributária e previdenciária, as privatizações, a lei de falências e a liberação comercial e financeira, que são indicadores claros, da manutenção da política neoliberal (OLIVEIRA; NAKATANI, 2007, p.7).

Na percepção de Oliveira e Nakatani, o Governo Lula garantiu a redução da vulnerabilidade externa, por meio da mudança na política cambial, do aprofundamento dos benefícios concedidos ao capital externo, associado ao crescimento das exportações em função da conjuntura internacional favorável. Mas nem todos os resultados são positivos, pois embora tenha se aprofundado a política de geração de superávits primários, com a amortização da dívida externa, as medidas empregadas não permitiram o crescimento econômico esperado, nem a distribuição de renda necessária. Ao analisarem a taxa média de crescimento entre países do Grupo dos 7 (G7), de economias avançadas, e dos países emergentes, no período de 1996 a 2005, o Brasil é o penúltimo na lista, com 0,7%, acima apenas da Venezuela com -0,5% (OLIVEIRA; NAKATANI, 2007, p. 8-9).

Lesbaupin (2006, p. 1), em análise ao governo Lula, observa a decepção causada pela manutenção das políticas neoliberais e questiona o êxito deste governo:

Parece que as pessoas se esqueceram do motivo principal pelo qual se elegeu Lula em 2002, suas promessas de campanha, o apoio recebido naquela ocasião por parte dos movimentos sociais e também do empresariado produtivo. Lula era “a esperança que venceu o medo”. A esperança era de mudar o Brasil, de mudar a política econômica. E o que era o medo? Era a continuidade, a não-mudança.

O autor faz um balanço dos aspectos positivos e negativos do governo Lula e acentua a eficiência no cumprimento da agenda neoliberal, durante os quatro anos, tendo como indicadores: aumento do superávit primário; aprovação de duas reformas estruturais (que FHC não havia conseguido): a reforma da Previdência do setor público e a reforma

tributária; aprovação da Lei de Falências; aprovação do projeto das PPP (Parcerias Público-Privadas); realização anual do leilão de áreas de exploração do petróleo; pagamento da dívida externa com muito maior eficiência que o governo FHC, em detrimento das políticas sociais e dos investimentos para o desenvolvimento do país e sem jamais ter cogitado de fazer uma auditoria desta dívida; aumento da dívida interna (que chegou à casa do 1 trilhão), graças aos juros altos; ampliação dos lucros dos banqueiros, dos fundos de pensão e dos rentistas e do lucro das empresas privatizadas (telefonia, eletricidade) (no caso das telefônicas, vai deixar para depois das eleições a medida impopular de aumento das tarifas).

No período de 2008-2011, não há indicadores claros de reversão das políticas neoliberais, mas é um cenário ainda constituído por tendências em curso, portanto não permite a realização de análises mais consistentes.

O desenvolvimento do Planejamento do Estado e a efetivação dos programas de governo só poderão ocorrer adequadamente, se combinados com estratégias de avaliação das políticas públicas de modo geral e, no âmbito da Educação, ações contínuas de avaliação dos processos e resultados desenvolvidos nos vários níveis de ensino, para o quê a avaliação de sistemas torna-se elemento fundamental. Tanto os procedimentos, quanto o financiamento das ações de avaliação são indicadores importantes para o acompanhamento das políticas do Estado e a verificação da concretude das mudanças prometidas para o período 2008-2011.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf de. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) No Brasil: Bases Teóricas e Implementação. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 15., 2009, Campo Grande, MS. *Anais...* Campo Grande, MS: UCDB, GEPPEs, FUNDECT, FAPERJ, UFMS, ANPEd, 2009. 1 CD-ROM.

BANCO MUNDIAL. *Estratégia de Apoio ao País*. 2004-2007. Disponível in:<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUES E/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,menuPK:3817188~pagePK:141132~piPK:141105~theSitePK:3817167,00.html>> . Acesso em: 2 maio 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. PPA 2000/2003. *Ações e Projetos do Plano Plurianual*. Educação. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/PPA2002/APRESENT.HTM> . Acesso em: 20 maio 2007.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2008-2011*: projeto de lei. Brasília: MP, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. *Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado*. Florianópolis: Insular, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. *Governo Lula: o governo neoliberal que deu certo?* Mar. 2006. Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.com.br/documentos/20_governoLula_reeleicao.pdf> . Acesso em: 18 jan. 2008.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto; NAKATANI, Paulo. The Brazilian Economy under Lula: A Balance of Contradictions. *Monthly Review*, n. 58, n.8, 2007. Disponível em: <http://www.monthlyreview.org/0207augusto.htm>. Acesso em: 26 dez. 2007.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior*. Brasília, mar.2004.

ANEXOS

QUADROS E TABELAS

ASPECTOS/ PERÍODOS	2004/2007**	2008/2011(*)
Plano Plurianual	Gestão Pública para um Brasil de Todos	Desenvolvimento com inclusão social e Educação de Qualidade
Programas sob a responsabilidade do Ministério da Educação relativos à subfunção Ensino Superior	Gestão da Política de Educação	-
	Desenvolvimento do Ensino de Graduação	Desenvolvimento do Ensino de Graduação
	Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
	Extensão Universitária	-
	Estatísticas e Avaliações Educacionais	Estatísticas e Avaliações Educacionais
	Escola Moderna	Escola Moderna
	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
	Educação para a Diversidade e a Cidadania	Educação para a Diversidade e a Cidadania
	Universidade do Século XXI	Brasil Universitário
	Qualidade na Escola	

Quadro 1 –Programas do Ministério da Educação nos PPAs. Brasil. 2004- 2011.

(*) As Loas de 2010 e 2011 ainda não estão disponíveis.

Fonte: BRASIL. Lei Orçamentária Anual. Acompanhamento da Execução Orçamentária da União. 2004-2011. Disp. em: < http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamento_uniao/loa/loa2009> . Acesso em : 2 jan. 2009.

Tabela 1 – Acompanhamento da Execução Orçamentária da União, geral, por órgão (MEC) e subfunção (Ensino Superior). 1996-2007.

ANO	AUTORIZADO (LEI + CRÉDITOS)	LIQUIDADO	% LIQ S/AUT	MEC			% LIQ GERAL S/LIQ MEC	SUBFUNÇÃO ENSINO SUPERIOR			%LIQ MEC S/LIQ ENS SUP
				AUTORIZADO	LIQUIDADO	%LIQ S/ AUT.		AUTORIZADO	LIQUIDADO	%LIQ S/ AUT	
1996	276.616.367.223	262.703.197.685	94,97	9.128.703.677	8.471.485.236	92,80	3,22	4.074.763.799	3.794.556.259	93,12	44,79
1997	399.118.025.533	361.816.145.592	90,65	10.045.430.603	8.921.637.745	88,81	2,47	4.250.350.265	3.982.179.451	93,69	44,64
1998	572.674.985.297	491.434.418.307	85,81	11.602.069.574	10.583.587.067	91,22	2,15	4.538.458.395	4.214.850.850	92,87	39,82
1999	507.993.001.415	470.509.111.671	92,62	9.737.008.802	9.235.525.666	94,85	1,96	4.407.184.627	4.194.130.458	95,17	45,41
∑ 1996/ 1999	1.756.402.379.468	1.586.462.873.255	90,32	40.513.212.656	37.212.235.713	91,85	2,12	17.270.757.086	16.185.717.018	93,72	43,50
ANO	AUTORIZADO (LEI + CRÉDITOS)	VALORES PAGOS	% PAGO S/AUT	MEC			%PAGO GERAL S/ PAGO MEC	SUBFUNÇÃO ENSINO SUPERIOR			%PAGO MEC S/PAGO ENS SUP
				AUTORIZADO	PAGO	% PAGO S/AUT		AUTORIZADO	PAGO	% PAGO S/AUT	
2000	933.584.144.357	540.383.176.361	57,88	12.952.082.687	10.410.466.566	80,38	1,12	6.233.709.702	4.829.888.040	77,48	46,39
2001	875.901.621.797	519.380.894.398	59,30	15.016.988.080	11.858.258.179	78,97	1,35	6.071.945.231	5.088.085.946	83,80	42,91
2002	0	0		0	0			0	0		
2003	956.590.581.676	809.232.367.373	84,60	17.453.006.979	15.299.776.108	87,66	1,60	7.064.419.040	6.452.765.196	91,34	42,18
∑2000/ 2003	2.766.076.347.830	1.868.996.438.131	67,57	45.422.077.746	37.568.500.853	82,71	2,01	19.370.073.973	16.370.739.181	84,52	43,58
2004	1.324.053.281.190	780.515.640.742	58,95	17.153.182.233	15.076.627.722	87,89	1,14	6.469.907.821	6.124.337.048	94,66	40,62
2005	1.614.360.328.345	1.059.056.137.176	65,60	22.057.005.944	17.861.894.942	80,98	1,11	9.639.993.399	7.599.971.303	78,84	42,55
2006	1.664.603.202.601	1.101.178.406.453	66,15	23.960.487.750	20.852.138.105	87,03	1,25	9.464.875.850	8.344.085.574	88,16	40,02
2007	1.440.730.490.106	1.079.062.273.335	74,90	27.149.250.028	22.682.903.036	83,55	1,57	10.566.155.674	9.040.324.523	85,56	39,86
∑2004/ 2007	6.043.747.302.241	4.019.812.457.705	66,51	90.319.925.955	76.473.563.805	84,67	1,27	36.140.932.743	31.108.718.447	86,08	40,68
2008*	1.530.706.707.347	851.033.908.785	55,6	33.834.338.332	17.595.415.500	52	-	12.292.032.743	6.550.121.475	53,29	37,22
2009	1.585.045.962.731	-	-	41.560.934.226	-	-	-	11.750.278.113	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada com base em dados extraídos de: BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. Lei Orçamentária Anual. Banco de dados (versão Acess 97) – Execução . 1996-2009. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/loa/loa2002>> . Acesso em: 10 out. 2008. Dados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. * Não foi possível extrair os dados de 2002 na base de dados da Câmara dos Deputados. **Acumulado até 29/09/2008. LEGENDA: % LIQ S/AUT – Percentual Liquidado sobre o autorizado; % PAGO S/AUT – percentual pago sobre o autorizado; % LIQ GERAL S/LIQ MEC –

percentual liquidado geral sobre o liquidado pelo MEC; % PAGO GERAL S/LIQ MEC – percentual pago geral sobre o liquidado pelo MEC; % LIQ MEC S/LIQ ENS SUP – percentual liquidado pelo MEC sobre o liquidado para o ensino superior; %PAGO MEC S/PAGO ENS SUP – percentual pago pelo MEC sobre o pago para o ensino superior.

Tabela 2 – Acompanhamento da Execução Orçamentária da União, por órgão (MEC) subfunção (Ensino Superior) e programas voltados à Avaliação da Educação Superior. 1996-2007.

ANO	MEC			SUBFUNÇÃO ENSINO SUPERIOR				PROG. AVALIAÇÃO ED. SUP.		
	AUT	PAGO	% PAGO S/AUT	AUT	PAGO	% PAGO S/AUT	%PAGO MEC S/PAGO ENS SUP	AUT	PAGO	% PAGO S/ PAGO ENS SUP
2000	14.359.293.445	11.541.537.213	80,38	6.910.986.366	5.354.643.060	77,48	46,39	16.928.757*	15.051.258	0,281
2001	16.760.031.339	13.234.663.146	78,97	6.776.724.588	5.678.667.350	83,8	42,9	19.627.290	19.546.684	0,344
2002	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	18.902.856.037	16.570.752.852	87,66	7.651.271.569	6.988.806.667	91,34	42,17	48.167.987	33.060.556	0,473
Σ 2000/2003	50.022.180.821	41.346.953.211	82,65	21.338.982.523	18.022.117.077	84,45	43,58	82.676.190	67.658.498	0,375
2004	19.521.090.512	17.157.878.368	87,89	7.363.045.204	6.969.770.169	94,66	40,62	4.000.000**	832.225	0,011
2005	22.329.424.928	18.082.501.460	80,98	9.759.053.856	7.693.836.103	78,84	42,54	500.000	435.706	0,005
2006	24.904.363.112	21.673.566.266	87,03	9.837.725.652	8.672.784.091	88,16	40,01	2.202.285	119.565	0,001
2007	29.474.812.754	24.625.885.394	83,55	11.471.236.211	9.814.704.726	85,56	39,85	1.501.161	345.356	0,003
Σ 2004/2007	96.229.691.306	81.539.831.488	84,73	38.431.060.923	33.151.095.089	86,26	40,65	8.203.446	1.732.852	0,005
2008	34.820.102.236	28.984.386.427	83,24	1.003.404.162	290.850.447	28,99	1,00	4.662.212***	324.009	0,111
2009****	43.524.634.534	22.509.377.150	51,97	772.254.940	137442473	17,80	0,61	5.480.186	2.291.207	1,667
Σ 2008/2009	78.344.736.770	51.493.763.577	65,72	1.775.659.102	428.292.920	24,12	0,83	10.142.398	2.615.216	0,610

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base em dados extraídos de: BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. Lei Orçamentária Anual. Banco de dados (versão Acess 97) – Execução . 1996-2009. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/loa/loa2002>> . Acesso em: 22 set. 2009. Dados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. * Não foi possível extrair os dados de 2002 na base de dados da Câmara dos Deputados. (*) 2000 a 2001 consta o programa ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS. (**) 2004 a 2007 não há programa específico para avaliação ela aparece na subfunção “Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior”, no Programa “Universidade para o século XXI”. (***) 2008 a 2009, a avaliação consta como subprograma “Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior”, no Programa “Brasil Universitário”. (****) Acumulado até 21/09/2009.